

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

Destaques IPADES, agosto de 2012

Agro Brasileiro é Mais Eficiente do que o Norte-Americano

Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, aponta que o agro brasileiro é mais eficiente do que o dos Estados Unidos. Os produtores rurais daqui usam melhor os insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, mão de obra, rações, entre outros) para produzir mais em menos área do que seus concorrentes norte-americanos.

Para chegar a este resultado, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, pesquisador do Ipea, fundamentou seu estudo “Brecha Produtiva Internacional e Heterogeneidade Estrutural na Agricultura Brasileira” em um intrincado indicador chamado 'Produtividade Total dos Fatores (PTF)'.

Este indicador apresenta uma relação entre o agregado de todos os produtos e o agregado de todos os insumos. Segundo o trabalho, esta relação tem crescido a taxas elevadas e crescentes no agro brasileiro. De 1975 a 2010, a média anual de crescimento da PTF no Brasil foi de 3,6%, taxa superior à verificada para os Estados Unidos, que foi de 1,9%.

Reduziu-se as distâncias produtivas entre os dois países porque a agricultura brasileira passou por fortes transformações nas últimas décadas, cresceu de forma intensa, gerando modernização, incorporando tecnologia e aumentando a produtividade, com estabilidade no uso da terra.

No entanto, o agro brasileiro é competitivo, mas se sobrepõe ao dos Estados Unidos, por exemplo, considerando-se apenas uma camada de produtores com acesso a tecnologias mais avançadas. **A modernização agrícola gera benefícios apenas para um grupo de produtores. Existe ainda uma grande parcela que está fora deste ambiente favorável de acesso à tecnologia, para os quais ainda existem desafios enormes em promover seu desenvolvimento inclusivo.**

Esse grupo excluído constitui-se de três grandes subgrupos. O primeiro é caracterizado pela extrema pobreza (produz de 0 a 02 salários mínimos mensais), engloba cerca de 3,2 milhões de estabelecimentos, está à margem da produção, bem como se mostra excluído de qualquer setor de atividade econômica, pois carece de estruturas básicas de organização produtiva (micro e macroeconômicas).

O segundo é considerado de baixa renda (produz de 02 a 10 salários mínimos mensais), possui 960 mil estabelecimentos agropecuários e deve ser assistido pelo governo com políticas de fomento e dinamização da produção, normalmente de base familiar. São produtores com reduzida capacidade de absorção de conhecimento externo, com baixo conteúdo tecnológico e com deficiências no âmbito gerencial e microeconômico.

O terceiro é a riqueza agrícola, que envolve as rendas médias e altas (mais de 10 salários mínimos mensais). Para este grupo, a capacidade de absorção tecnológica é um problema secundário. Porém, o ambiente macroeconômico favorável ao crescimento das vendas se torna essencial. Assim, para ampliar a capacidade de absorção tecnológica dos agricultores é preciso repensar a educação rural, que deve ser planejada num horizonte de 15 a 20 anos. **Já para facilitar a difusão tecnológica, é necessário repensar a extensão rural, que pode ser resgatada num período menor.**

Cabe ao governo desenvolver assistência técnica que tenha capilaridade (integração entre as políticas federal e estadual), bem como incentivar a pesquisa de domínio público. Desta forma, o papel da Embrapa de nada adianta se a extensão rural for deixada de lado.

O Novo Código Florestal e as APPs

O principal impacto das mudanças na versão atual do Código Florestal está ligado às Áreas de preservação Permanente (APPs) às margens de cursos d'água, nascentes e áreas úmidas.

As APPs nesses ambientes, que na legislação anterior exigiam a preservação de uma faixa de 30 metros em cada margem para rios com a te 10 metros de largura tiveram sua regra completamente transformada, de forma a compatibilizar a necessidade de preservação ao tamanho de cada propriedade.

A nova regra divide as propriedades em categorias de acordo com os módulos fiscais, medida de extensão fundiária que no Brasil varia de 5 a 110 hectares, a depender da região. No Estado de São Paulo o módulo pode variar de 5 a 40 hectares; na Bahia, esse valor fica entre 5 a 70 hectares.

O novo Código Florestal inclui dois estímulos para a regularização das propriedades como indutores ao incremento das APPs. O primeiro considera a inclusão das APPs no cálculo da Reserva Legal. O segundo é a permissão de compensação da Área de Reserva Legal no mesmo bioma da propriedade.

Ademais, o texto abre a possibilidade de estímulos adicionais serem criados tais como: a) apoio ao produtor para a recuperação de pastagens com baixa lotação; b) implantação de Programa de Financiamento de Recomposição de APPs; c) desenvolvimento de novas tecnologias de produção.

Perspectivas indicam que pesquisas com esse tema trarão novas modificações no futuro. A condição topográfica às margens dos rios deverá ser considerada na constituição de APPs. Áreas planas poderão ter APPs menores do que aquelas com aclives.

O importante é que se protejam de fato essas áreas. O ambiente, a produção agropecuária e a sociedade agradecem.

Executivos do Conhecimento

A parceria Universidade e Empresa é fundamental para avançar o conhecimento e gerar tecnologias capazes de responder aos grandes desafios que a sociedade enfrenta em busca do desenvolvimento sustentável. Infelizmente essa consciência ainda não está difundida nas sociedades dos países emergentes.

Nos países desenvolvidos, principalmente nos anglo-saxões, essa parceria está chegando muito além das patentes. Estão se implantando escritórios de transferência de tecnologia de grandes universidades que ampliam seu papel e estreitam a cooperação com empresas, criando novos mecanismos para transferir capital científico ao mercado e à sociedade, ou seja, formam-se os Executivos do Conhecimento.

É nesse ambiente que a Universidade de Harvard, nos últimos seis anos, conseguiu melhorar seus indicadores relacionados à transferência de tecnologia, que

representavam um ponto opaco no desempenho da líder de vários *rankings* internacionais de instituições de ensino superior.

O número de *invention disclosures*, documentos com a descrição de resultados de pesquisas para avaliar a possibilidade de sua proteção por meio de direitos de propriedade intelectual, aumentou de 180, em 2006, para 351, em 2011. No mesmo período, o número de patentes obtidas no escritório de marcas e patentes dos Estados Unidos (Uspto, na sigla em inglês) subiu de 35 para 60, enquanto o de tecnologias licenciadas cresceu de 11 para 45.

O combustível dessa mudança foi uma reforma na estrutura e nas práticas do Escritório de Desenvolvimento Tecnológico (OTD, sigla em inglês) de Havard voltada para multiplicar a cooperação entre a universidade e o setor privado. Não por acaso, subiu de 12 para 75 o número de acordos entre Havard e empresas envolvendo a chamada pesquisa patrocinada, modalidade em que companhias financiam o trabalho realizado em um laboratório da universidade muitas vezes em troca de privilégio no licenciamento de descobertas resultantes.

O montante investido nesses acordos chegou a US\$ 37,2 milhões em 2011, quatro vezes mais que o total de 2006. Entre as empresas que celebraram parcerias estratégicas recentes com Havard destaca-se, por exemplo, a Novartis, para desenvolver fármacos a partir de células-tronco, no Instituto de Células-Tronco de Havard. Exemplos semelhantes se dão no campo dos defensivos agrícolas menos ofensivos ao homem e ao meio ambiente.

Essas experiências mostram que é possível alcançar resultados altamente positivos quando empresas e universidades, a despeito de suas diferenças culturais, comprometem-se com parcerias em que ambos os lados saem ganhando, e também a sociedade.

Receitar Consumo para Remediar Crescimento, Até Quando?

O Brasil insiste em enfrentar as crises econômicas recentes – americana e européia – com ações de curto prazo, mas sem cuidar das ações de longo prazo. Somente a política das soluções imediatas custará caro ao país, podendo comprometer avanços conquistados desde o lançamento do Plano Real, em 1994.

Redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidente sobre a venda de automóveis; liberação de parte dos depósitos compulsórios sobre recursos a prazo mantidos pelos bancos no Banco Central, com o objetivo de estimular crédito para compra de veículos; diminuição do IOF (Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro) para pessoas físicas; e corte de juros em linhas de financiamento do BNDES destinadas à aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, entre outros segmentos.

Os dados mostram que, por questões óbvias, que há menos espaço para que as mesmas medidas alcancem os resultados obtidos quando da crise americana. Vamos aos números. Após atingir o pico de 23,8%, em 2008, o estoque total de crédito do sistema financeiro – hoje correspondente a cerca de 50% do PIB – vem registrando taxas de crescimento real bem abaixo desse patamar, tendo alcançado, em abril de 2012, 12,4% ante o mesmo mês de 2011.

Mesmo com o governo tentando destravar o crédito, com a redução das taxas de juros e do spread bancário, além da desoneração de alguns setores, o efeito tende a ser limitado porque as famílias estão muito endividadas e a queda dos juros pesa menos nas prestações do que a extensão dos prazos.

Medidas que visem o longo prazo como a desoneração tributária, concessões ao setor privado e investimentos em infraestrutura certamente ajudariam a melhorar o ambiente econômico. Mas, para alcançar bons resultados, o receituário deveria incluir mais um item, superar o excesso de interferência do governo, tentando resolver os problemas de forma pontual e sempre olhando o curto prazo, o que acaba por produzir efeitos colaterais indesejados.

É preciso tomar cuidado para que esse tipo de atuação, que gera incerteza quanto ao futuro da economia brasileira, não afugente os investimentos estrangeiros para países do continente que estão conseguindo crescer de forma sustentada, como Colômbia e Peru.